



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA - INC/DITEC/PF**

PROJETO BÁSICO

Processo nº 08201.001459/2019-94

1. DO OBJETO

1.1. Renovação das licenças das ferramentas periciais IEF/Axiom e FTK (Forensic Toolkit). A renovação, mediante procedimento de inexigibilidade de licitação, se faz necessária devido às licenças previamente adquiridas por esta Diretoria estarem vencidas desde dezembro/2018 (FTK) e fevereiro/2019 (IEF), para utilização no Serviço de Perícias de Informática do Instituto Nacional de Criminalística e em todas as unidades de Criminalísticas no território nacional, nos termos das especificações constantes na Seção 3 - Descrição da solução e nos seguintes quantitativos:

- IEF/Axiom: 100 licenças;
- FTK (Forensic Toolkit): 15 licenças.

1.2. O prazo de vigência de cada licença é de 36 (trinta e seis) meses, conforme listado no Estudo Técnico Preliminar (16627209).

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Entre as atividades desempenhadas pela Polícia Federal está a repressão às organizações criminosas, o que requer constante atualização de recursos tecnológicos por parte das forças de segurança pública, tanto mais no que respeita ações de investigação, inteligência e produção de prova. Sob tais circunstâncias, é imprescindível que o ferramental forense à disposição da perícia criminal seja atualizado de forma permanente, com o intuito de manter a atividade pericial na vanguarda das metodologias científicas aplicadas no combate ao crime organizado. Para atingir este fim, é necessário a cooperação interagências, por exemplo com órgãos de fiscalização, o estabelecimento de acordos de cooperação com centros de excelência em pesquisa científica e constante atualização do parque tecnológico dos institutos de perícia.

2.2. A Polícia Federal possui atribuições constitucionais e legais de repressão às mais diversas modalidades criminosas, tais como crimes financeiros, ambientais, tráfico de drogas e tráfico de pessoas. Tais delitos acarretam também crimes tributários, fiscais, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, corrupção, usurpação de bens da União e associação criminosa. Por esse motivo, as investigações da Polícia Federal têm atingido grande impacto nacional e internacional, a exemplo da operação Lava-Jato, dentre inúmeras outras. Todas essas operações geram um enorme volume de vestígios criminais a serem periciados, visando a determinação de materialidade e autoria do crime, além da autenticidade e procedência das evidências, ou seja, garantia permanente da cadeia de custódia dos materiais apreendidos. Determinar a proveniência de vestígios criminais e/ou autenticidade de produtos e substâncias apreendidas é, portanto, uma questão fundamental a ser respondida pela perícia, tanto para a identificação de autoria delitiva, quanto para o estabelecimento das relações do vestígio com o local de crime e com as rotas das ações criminosas. Essas informações são fundamentais para que a investigação criminal atue de forma eficiente, com inteligência e resultados concretos para a sociedade.

2.3. Um dos tipos de vestígio submetidos à Perícia são as mídias de armazenamento computacional (discos rígidos, pendrives, CD/DVD, etc), as quais podem conter documentos, bancos de dados, imagens, vídeos, informações bancárias, emails, entre outros tipos de arquivos.

2.4. A ferramenta IPED, desenvolvida pela DITEC, é o padrão de fato para análise de mídias de armazenamento computacional na Criminalística da Polícia Federal. No entanto, o IPED não implementa todos os recursos disponíveis nas ferramentas comerciais, de modo que é necessário que a Perícia disponha de um arsenal de ferramentas distintas para aplicação em casos nos quais o IPED não possua os recursos necessários.

2.5. Duas dessas ferramentas comerciais são o IEF e o FTK (Forensic Toolkit), adquiridas por meio de processo licitatório realizado pela SENASP/MJ em 2016, com 150 e 180 licenças, respectivamente, as quais encontram-se atualmente vencidas. Especificamente em relação ao IEF, o fabricante da ferramenta deixou de comercializá-la, substituindo-a por uma nova ferramenta com mais recursos, denominada Axiom

(16627619), de modo que a renovação deve ser realizada com atualização/upgrade do IEF para o Axiom.

2.6. Considerando a necessidade atual da Diretoria Técnico-Científica e as características das ferramentas em comparação com o IPED, estima-se que será necessário renovar os seguintes quantitativos:

- IEF/Axiom: 100 licenças, a serem distribuídas a todas as Unidades de Criminalística do país que contem com Peritos da área de Informática;
- FTK (Forensic Toolkit): 15 licenças, a serem instaladas em servidor de licenças localizado no INC/DITEC/PF, de modo que seja possível alocá-las dinamicamente via rede de dados a qualquer Perito que tenha necessidade da ferramenta.

2.7. A presente contratação visa a renovação dessas ferramentas para a manutenção da capacidade de realização de exames periciais em mídias de armazenamento computacional e encontra-se alinhada com o Objetivo Estratégico 1 ("Prestar serviços de TIC de acordo com as necessidades das áreas de negócio e dos usuários"), ID N9 ("Extração de dados e análise forense") do PDTIC e com o item 1037 do PGC 2021 da DITEC/PF. Embora as licenças sejam do tipo perpétuo, isto é, podem continuar a ser utilizadas, a falta de atualização as deixa defasadas em relação aos avanços tecnológicos e ao suporte de novas versões de sistemas operacionais, formatos de arquivos, aplicativos, modelos de hardware e artefatos digitais, prejudicando a qualidade das investigações da Polícia Federal.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Serviços que compõem a solução:

Item	Descrição	CATSER	Unidade	Qtde.	Valor total da contratação (item)
1	Serviço de renovação de suporte de solução Forensic ToolKit FTK, do fabricante Access Data por 3 anos	24333 – Serviço de Licença pelo Uso de Software	Unidade	15	R\$ 464.914,35
2	Serviço de atualização (<i>upgrade</i>) de solução IEF para Solução AXIOM, do fabricante Magnet Forensics por 3 anos	24333 – Serviço de Licença pelo Uso de Software	Unidade	100	R\$ 3.731.994,00

3.2. Os requisitos mínimos das ferramentas a serem renovadas são:

a) Forensic Toolkit (FTK) (15 licenças):

- Licenças de uso de softwares de perícia forense em suíte integrada ou não, na modalidade perpétua, com fornecimento de mídia de instalação em CD/DVD ou download direto do fabricante, próprio para realização de Perícia Forense e execução em Estação de Trabalho Local (Fixa ou Móvel), arquitetura Intel ou AMD, Sistema Operacional Windows 10;
- Deverá ter a capacidade de manipulação de dados através do uso de bases de dados de forma a garantir a flexibilidade, integridade e segurança dos dados armazenados;
- A solução deve suportar a execução dos serviços no sistema operacional Windows 10;
- Deve permitir a categorização automática de arquivos, diferenciando automaticamente grupos de informações, por status, extensões e tipo;
- Deve possuir tecnologia de quebra de senhas (abertura de criptografia) de dados com suporte a mais de 100 tipos de formato/dados;
- Deve ter suporte a Unicode e a diferentes páginas de códigos;
- Deve ser capaz de realizar o processamento e análise de e-mail com abertura automática de mensagens e anexos com suporte para os formatos: thunderbird, EML, Outlook Express DBX, Exchange EDB, Notes NSF, Outlook PST/OST e RFC 833;
- Mecanismo avançado de data carving (extração de dados apagados) que deve procurar por critérios específicos, tais com o tamanho do arquivo, o tipo de dados e o tamanho dos pixels de forma a reduzir a quantidade de dados irrelevantes a serem buscados;
- Deve ter mecanismo de relatórios, baseado em um assistente eletrônico que possibilite a exportação de relatórios detalhados nos formatos: PDF, HTML, RTF e XML;
- Deve possuir módulo de reconhecimento de caracteres (OCR) que seja capaz de indexar e pesquisar caracteres encontrados em arquivos gráficos, como imagens e PDF;

- Deve possuir um módulo de análise de arquivos maliciosos capaz de realizar de engenharia reversa automatizada determinando o comportamento e a intencionalidade de binários suspeitos;
- Deve possuir a capacidade de visualização que exiba dados em linhas do tempo;
- A solução deve possuir funcionalidades de marcação de documentos ou de parte de arquivos baseados em categorias definidas pelo usuário;
- A solução deve possuir a capacidade de busca de variações gramaticais com expressões regulares por decorrência (stremming) ou proximidade;
- A solução deve ser capaz de tratar arquivos Windows e de outros sistemas operacionais como Linux e MacOS, arquivos corrompidos, arquivos deletados, arquivos acima de 2Gb, e-mails e arquivos em uso e arquivos compostos (zip, rar, thumbs.db, email);
- Deve ter a capacidade de realizar a leitura de imagens de disco tipo E01, SnapBack 2.0, Linux DD, ICS Ghost (somente a imagem forense), SMART e DMG;
- Permitir a capacidade de criar e exportar listas de hash MD5, SHA1 e SHA256 de discos e arquivos em extensão "cvs";
- Disponibilizar um conjunto de ferramentas que contemplam recuperação de senhas, geração de imagens de discos, visualização e interpretação de registros do Windows;
- Fornecer o Suporte a imagens em CD e DVD das seguintes aplicações: Alcohol (*.mds), CloneCD (*.ccd), ISO, IsoBuster CUE, Nero (*.ccd), Pinnacle (*.pdi), PlexTools (*.pxi), Roxio (*.cif) e Virtual CD (*.vc4);
- Possuir a capacidade de recuperar senhas EFS, em Windows 10;
- Possuir a capacidade de criar imagens de disco em formato E01, AFF, Smart e RAW;
- Possuir a capacidade de indexar o conteúdo dos arquivos de evidências;
- Deve suportar os seguintes sistemas de arquivo: FAT12, FAT16, FAT32, NTFS, EXT2/3/4, exFAT, VxFS, ReiserFS 3;
- Permitir a visualização de vários arquivos já pré-organizados por extensão pela ferramenta, de forma nativa;
- Permitir a visualização de mensagens de correio eletrônico (emails) encontrados de forma nativa;
- Permitir a visualização de arquivos gráficos (figuras, fotos, etc) de forma nativa;
- Efetuar análise de assinaturas e extensões de arquivos, evidenciando se os mesmos foram renomeados propositalmente;
- Realizar filtros pré-definidos na aplicação e possível de customização via script;
- Permitir a criação de indexes com objetivo de aperfeiçoar as habilidades de busca;
- Possibilitar a geração automática de relatórios a partir de marcações feitas durante a investigação;
- Possuir recurso para recuperação de senhas que suportem os formatos de arquivos gerados pelos seguintes aplicativos: ABI Coder; MS Access; ACT; AIM; AmiPro; AOL; Approach; ARJ; Ascend; Ashampoo; BestCrypt; BPFTP; CDLock; CheckWriter; CodedDrag; crypt; Cryptainer; CryptaXix; Cryptext; CuteFTP; DataPerfect; dBASE; DriveCrypt; DriveCryptPP; EasyCrypto; EFS;EMF; FileMaker; Hello; ICQ; InvisibleSecrets; Justsystem; Kaikei; KeePass; Kremlin; Lockit; Lotus123; MaxCrypt; MessengerPlus; Money; MozillaMasterPassword; MozillaProtectedData; MSBackup; MSMail; MSNMessenger; MYOB; NetscapeMail; Microsoft Office; Omziff; OpenOffice; Organizer; Palm; Paradox; PasswordPal; PasswordSafe; PCEncrypt; PDF; PFX; PGP; PGPDisk; ProtectedRegistry; ProWrite; PST; PWL; QuattroPro; Quickbooks; Quicken; RARPassword; SafeHouse; SAMFile; Scheduler; ScreenSaver; SecretStuff; SecureIT; SiFEU; SourceSafe; Steganos; STools; SymantecQA; TrueCrypt; VBA; VersaCheck; Whisper; WinZip9; WordPerfect; WordPro; WS_FTP; XPCredentials; YahooMessenger; ZIP;
- Possuir recurso para ataque de força bruta a senhas que usa processamento distribuído, utilizando o tempo ocioso das CPU's para auxílio na quebra de senha;
- Possuir a capacidade de executar buscas por strings em memória, com mapeamento das strings encontradas com o respectivo processo ou mesmo DLL;
- Possuir capacidade de análise de sistema operacional Apple, com suporte a arquivos JSON, database SQLite, PLIST, atributos B-Trees e imagens de discos padrão DMG;
- Deverá possuir a capacidade de calcular hashes de arquivos e imagens;
- O software deve obrigatoriamente ter licença de utilização perpétua, as quais serão armazenadas em servidor de licenças para alocação dinâmica;
- A empresa deve fornecer atualização para novas versões por no mínimo 03 (três) anos.

b) IEF (trade-in para Axiom) (100 licenças):

1. Possuir suporte à aquisição de dispositivos móveis, discos, dispositivos USB, pastas arquivos e máquinas;
2. Permitir aquisição de dispositivos móveis com sistema operacional Android, e iOS;

3. Permitir aquisição de sistemas operacionais Windows, OS X, Linux;
4. Permitir gerar relatórios nos formatos XML, HTML, PDF, CSV, Portable Case, Projeto CAID e Project VIC;
5. Permitir o cálculo de HASH MD5 e SHA-1;
6. Permitir realizar pesquisas utilizando REGEX e GREP;
7. Permitir realizar a extração e análise dos dados utilizando uma única plataforma;
8. Permitir aplicação de filtros para agilizar a pesquisa por artefatos;
9. Permitir realizar a marcação de arquivos por meio de tags;
10. Permitir gerar visualização utilizando Timeline;
11. Permitir visualizar dados que possuem dados geográficos no mapa (geolocalização);
12. Permitir realizar uma pré-visualização dos arquivos analisados em uma mesma interface;
13. Permitir visualizar os arquivos no formato Hexadecimal para uma análise mais profunda dos dados;
14. Permitir a exportação dos dados encontrados no arquivo de evidência;
15. Permitir realizar comparação entre casos analisados;
16. Permitir a recuperação de arquivos deletados e não sobrescritos;
17. Permitir colaboração e compartilhamento de evidências;
18. Permitir recuperar o Backups do iTunes para iOS 10.x;
19. Permitir analisar os e-mails contidos em OST, do Outlook 2013 e Outlook 2016.
20. Permitir recuperar informações de quando um arquivo de torrent foi criado, modificado e baixado;
21. Permitir busca por palavra chave em sistema de arquivos;
22. Permitir analisar artefatos P2P em dispositivos Android:

1. Search BitTorrent;
2. tTorrent Lite;
3. uTorrent;
4. Frostwire;
5. aTorrent;
6. aDownloader.

23. Permitir recuperar mais de 21 formatos de imagem RAW;
23. Permitir verificação baseada em Hash de imagem forense E01;
24. Possuir interface em no mínimo Inglês e Português – Brasileiro;
25. Permitir a inserção da chave de criptografia de um disco criptografado com BitLocker antes do processamento do mesmo;
26. Possuir integração com Passware;
26. Permitir a criação de perfis de artefatos para diferentes tipos de casos;
28. Permitir a utilização de senhas conhecidas para descriptografar um disco criptografado pelo McAfee;
55. Possuir a capacidade de realizar o correlacionamento dos dados.
55. Tipos de dados mínimos suportados (computadores):
 1. Gmail, GMX, Hotmail, Hushmail, Mailinator, MBOX, Outlook.com, Yahoo!.
 2. Redes sociais Bebo, Facebook, Google+, Instagram, LINE, LinkedIn, MySpace, Twitter, Sina Weibo, VK;
 3. Bate papos Adium, AIM, Chatroulette, GoogleTalk, iChat, iMessage, Mail.ru, MSN Messenger, MSN Plus!, ICQ, Mail.ru, mIRC, Omegle, ooVoo, Paltalk, Pidgin, QQ Chat, Second Life, Skype, TorChat, Trillian, WeChat, Windows Live Messenger, World of Warcraft, Viber, Yahoo Messenger;
 4. Navegadores 360 Browser, Chrome, Edge, Internet Explorer, Firefox, Opera, Safari, Xbox IE;
 5. Dados de navegação refinados;
 6. URLs e-commerce, Cloud Service URLs, Facebook URLs, Google Analytics Cookies, Google Maps Queries, Identifiers, Malware/Phishing URLs, Parsed Search Queries, Pornography URLs, Rebuilt Webpages, URLs de redes sociais;
 7. Aplicações de compartilhamento de arquivos, Bitcoin, eMule, Frostwire, Gigatribe, Limerunner, Limewire, Luckywire, Shareaza, .torrent files, Usenet
 8. Cloud services;
 9. Carbonite, Dropbox (including Dropbox database decryption), Google docs, Google Drive, Flickr, Sharepoint, SkyDrive/OneDrive.
 10. Fotos e vídeos (EXIF data)
 11. 3GP, AMR, AVI, BMP, DIVX, GIF, ICO, JPEG, JPG, MP4, MKV, MOV, MPEG, MPG, PNG, TIF, TIFF, WMP.
 12. Web video recovery Adobe Flash, Chatroulette, Camstumble, ChatForFree, iCU2, Shockrooms, YapChat;

13. Mobile backups Android backups, iOS backups, iTunes;
14. Arquivos Binreader, Grabit, NewzToolz-EZ, Newsbin, Forte Agent, Xnews.
15. Bing Maps, Google Maps;
16. Bing Toolbar, Google Toolbar;
17. E-mails e mensagens mbox email archives, Microsoft Lync/OCS IM, Outlook OST & PST files, ZOOM;
18. Document file artifacts .doc & .docx, .xls & .xlsx, .pdf, .ppt & .pptx;
19. Logs de eventos, Jumplists, LNK files, Mounted network shares, OS and file system info, Prefetch files, Shellbags, Startup items, Time zones, User accounts, USB devices;
20. Sistema de arquivos: NTFS, HFS+, HFSX, EXT2, EXT3, EXT4, FAT32, EXFAT, YAFFS2, APFS;
21. Partições, volumes, arquivos e pastas, imagens, JTAG and chip-off imagens, compartilhamento de redes, captura de RAM, Imagens lógicas e físicas de dispositivos móveis, volume shadow copies;
22. Imagens forenses – formatos de arquivo: E01, Ex01, L01, Lx01, AD1, dd, raw, bin, img, dmg, flp, vfd, bif, vmdk, vhd, vdi, xva, zip, tar;
23. Pagefile.sys, \$MFT, \$Logfile, files and folders, hiberfil.sys, unallocated clusters, unpartitioned space, file slack space, swap file;
56. Detecção automática de criptografia Truecrypt, Bitlocker, PGP, and Safeboot;
57. Capacidade de pré-visualização de arquivos plist;
58. Capacidade de pesquisa em imagens não encriptadas de dispositivos T2;
59. Capacidade de pesquisa do espaço não alocado em uma imagem APFS;
60. Suporte de análise para itens recuperados de \$RECYCLE.BIN.
61. Características mínimas de inteligência:
62. Permitir categorização de dados automática;
63. Identificar palavras-chave em plataformas de busca;
64. Remontar páginas da Web em sua forma original;
65. Remontar mapas, imagens e coordenadas do Google Maps;
66. Possuir capacidade de identificar imagens de nudismo através de tons de pele;
67. Detectar partes do corpo;
68. Realizar pesquisas padrões de cartões de credito, endereços de e-mail e números de telefone;
69. Possuir capacidade de reconstruir fragmentos de páginas de internet;
70. Ter a capacidade de efetuar busca por artefatos de internet em extração lógicas ou físicas (dump de memória) de sistemas operacionais iOS e Android;
71. Possuir suporte para artefatos OnStar RemoteLink;
72. Possuir suporte para artefatos ninho no iOS, incluindo horários termostato, as configurações de usuário e configurações de localização;
73. Possuir suporte para Fitbit;
74. Possuir suporte para recuperação dos dados a partir do aplicativo Amazon Alexa em ambos Android e iOS;
75. Possuir a capacidade de distinguir entre o formato .raw forense e o formato .raw utilizado em imagens;
76. Possuir suporte a Nest, Amazon Echo, Fitbit e OnStar;
77. Permitir a exportações do Project VIC contendo o ID da fonte possibilitando identificar a fonte de origem da imagem ou o vídeo.
78. Características mínimas de manutenção e software:
 1. A manutenção inclui direito a receber novas atualizações e correções do software através de correio eletrônico, contendo link para baixá-las, por 03 anos.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. Os objetos dessa licitação tem a natureza de contratação de serviço especializado, de caráter continuado, de fornecimento de software de tecnologia da informação, conforme descrições e especificações constantes neste Projeto Básico e no Estudo Técnico Preliminar.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 5.1. O prazo de entrega para o software é de 30 (trinta) dias em remessa única. Na eventualidade de existir atualização em hardware/dongles a serem incorporados/atualizados aos existentes, o prazo para entrega é de 90 (noventa) dias. Os locais de entrega de hardwares são as localidades relacionadas no Anexo I deste Projeto Básico, em quantitativos a serem informados na Ordem de Fornecimento.
- 5.2. O bem será recebido provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.
- 5.3. O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as

especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. O bem será recebido definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados após o término do prazo do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A contratada fará a entrega dos códigos de licença, mídias de instalação ou links para download, dongles e demais informações ou materiais necessários à utilização do item contratado dentro dos prazos descritos na seção anterior;

6.2. Durante o período de vigência das licenças, a contratada deverá:

6.2.1. garantir que a contratante terá o direito de receber atualizações do software contratado ou hardware que seja necessário à sua utilização;

6.2.2. prestar suporte para resolução de eventos que dificultem ou impeçam a utilização dos softwares, desde que relacionados a defeitos ou características do software contratado.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. A contratante designará comissão composta por Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada;

7.2. A comissão será responsável pelo cumprimento do disposto nas seções 8-Obrigações da Contratante e 9-Obrigações da Contratada deste documento.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1. São obrigações da contratante:

8.1.1. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos neste Projeto Básico;

8.1.2. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão especialmente designada, composta por Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante;

8.1.3. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Contrato e seus anexos;

8.1.4. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Projeto Básico e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.5. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.6. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

8.1.7. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Contrato e seus anexos; e

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Projeto Básico e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.1.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização

do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

9.1.3. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

9.1.4. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

9.1.5. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.6. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.7. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as capacidades e condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

9.1.8. indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato; e

9.1.9. O contratado deverá respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando tecnologias e materiais ecologicamente corretos, atendendo aos critérios de sustentabilidade.

9.2. A contratada deverá respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando tecnologias e materiais ecologicamente corretos, atendendo aos critérios de sustentabilidade.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do bem, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (Cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.4. O contrato conterá previsão da vinculação da proposta da Contratada, conforme exigência estabelecida no inc. XI do art. 55 da Lei nº 8.666/93;

12.5. O extrato do Termo de Inexigibilidade e sua respectiva ratificação pela autoridade competente serão publicados no Diário Oficial da União;

13. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

13.1. A contratação dos serviços de renovação de software da solução descrita neste Projeto Básico encontra amparo legal no art. 25, caput, da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores.

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial (...)

13.2. Tratando-se de serviços prestado por fornecedor exclusivo, a inviabilidade de competição permitirá a contratação direta por inexigibilidade, tendo por fundamento, o caput do art. 25, da Lei no 8.666/1993. Nesse sentido, é a orientação do Tribunal de Contas da União:

“É lícita a contratação de serviços com fulcro no art. 25, caput, sempre que comprovada a inviabilidade de competição. Ressalte-se que, na hipótese de contratação de serviços, o fundamento legal deverá ser o caput, posto que o inciso I trata apenas de compras. É mister, ainda, a comprovação da exclusividade na prestação do serviço.” (TC – 300.061/95- 1 – TCU)

13.3. Conforme especificado no Item 2 - Justificativa da Contratação, as ferramentas IEF/Axiom e FTK são vitais em diversas operações policiais para possibilitar o acesso ao conteúdo de mídias de armazenamento computacional. As soluções possuem características únicas, listadas de forma ampla na Seção 3 deste documento.

13.4. A renovação é necessária para que os laboratório das unidades técnico-científicas possam manter a capacidade de extrações dos dados de mídias de armazenamento computacional, produzindo provas materiais robustas, de qualidade e confiabilidade, para distintas áreas da Criminalística, possibilitando a Polícia Federal se manter uma referência sulamericana na área de *Digital Forensics*, igualando-se aos principais laboratórios congêneres do mundo. Considerando os motivos listados, a ferramenta é considerada singular para a Polícia Federal.

13.5. Os estudos de levantamento de mercado (16627209) realizados apontaram que, no mercado nacional, há apenas uma empresa (Techbiz Forense Digital) a título de representante comercial exclusiva das empresas Magnet Forensics (fabricante do IEF/Axiom) e AccessData (fabricante do FTK), conforme certidões (16645576 e 16645590), restando demonstrada a inviabilidade de competição.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sendo que no caso dos treinamento presenciais, a Nota Fiscal ou Fatura só podem ser emitidas após a conclusão do treinamento específico.

14.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

14.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Projeto Básico.

14.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação

ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

14.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

14.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

14.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = (6 / 100) / 365$	$I = 0,00016438$ $TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$
------------	-----------------------	--

15. DO REAJUSTE

15.1. O reajuste não será aplicável já que o período de vigência das licenças será de 36 (trinta e seis) meses e o objeto da contratação trata-se de remessa única, ou seja, será realizada a atualização de todas as licenças, somando 36 (trinta e seis) meses ao vencimentos a partir da emissão da nota fiscal.

16. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

16.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

16.2. A garantia inclui a recuperação ou substituição de qualquer componente e será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

16.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

16.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

16.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

16.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após o chamado e finalização máxima em 90 (noventa) dias, caso seja necessário substituição de peças.

16.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

16.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

16.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

16.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

16.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16.12. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Projeto Básico e/ou aqueles prévia e formalmente acordados com a Administração para atendimento da Garantia e Assistência Técnica contratadas, sujeitarão a Contratada à aplicação das sanções administrativas previstas no item 16.

17. DA RESCISÃO

17.1. O não cumprimento de qualquer cláusula do Projeto Básico ou a inobservância das prescrições legais pertinentes aos contratos administrativos confere à Diretoria Técnico-Científica – DITEC/PF, o direito de rescindi-lo, conforme previsto na seção V do capítulo III da lei nº 8.666/93. Fica estabelecido, ainda, que a CONTRATANTE poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer aviso ou interpelação judicial, respeitando o direito de ampla defesa, na ocorrência de quaisquer dos casos enumerados no art. 78, incisos XII e XVII, da Lei nº 8.666/93, bem como por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Diretoria Técnico-Científica/PF judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, a CONTRATADA que:

- 18.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 18.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 18.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 18.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e
- 18.1.5. cometer fraude fiscal.

18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 18.2.1. advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;
- 18.2.2. multa moratória de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento), para os seguintes atrasos:
- 18.2.3. atrasos nos prazos estabelecidos para as manutenções corretivas durante a garantia, conforme prazos estabelecidos no item 14.6;
- 18.2.4. multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total deste Projeto, no caso de inexecução total do objeto;
- 18.2.5. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 18.2.6. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.7. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

18.2.7.1. a sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Projeto Básico.

18.2.8. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

18.3. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.6, 16.2.7 e 16.2.8 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

18.4.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

18.4.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e 17.5.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.

18.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

19.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 4.196.908,35 (Quatro milhões, cento e noventa e seis mil, novecentos e oito reais e trinta e cinco centavos)**, detalhado da seguinte forma:

1.	Renovação IEF/Axiom (100 licenças)	3.731.994,00
2.	Renovação FTK (15 licenças)	464.914,35

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1. As despesas para atender a esta operação estão programadas em dotação própria, prevista no

Orçamento da União para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Unidade Gestora: 200406/00001

Fonte: 0174020227

Programa de Trabalho: 06.181.5016.2726.0001

Natureza de despesa: 3.3.90.40

20.2. A execução física e financeira será executada em etapa única, após a entrega integral das licenças contratadas.

Brasília-DF, 17 de dezembro de 2021.

TIAGO BARROSO DE MELO

Perito Criminal Federal

Matrícula 15.640

Integrante Técnico

LEANDRO BEZERRA DI BARCELOS

Perito Criminal Federal

Matrícula 19.713

Integrante Requisitante

Aprovo este Projeto Básico para Renovação das ferramenta periciais IEF e FTK.

NIVALDO PONCIO

Perito Criminal Federal

Diretor Técnico-Científico

ANEXO I – Locais de Entrega

UF	Unidade	Endereço
AC	SETEC/AC	Superintendência da Polícia Federal no AC Setor Técnico-Científico BR 364, nº 3501 Portal da Amazônia Rio Branco - AC 69915-630
AL	SETEC/AL	Superintendência da Polícia Federal em AL Setor Técnico-Científico Av. Walter Ananias, s/n

AL	SETEC/AL	Jaraguá Maceió - AL 57025-080
AM	SETEC/AM	Superintendência da Polícia Federal no AM Setor Técnico-Científico Avenida Domingos Jorge Velho, nº 40, 2º andar, sala B-200 Dom Pedro Manaus - AM 69042-470
AP	SETEC/AP	Superintendência da Polícia Federal no AP Setor Técnico-Científico Entroncamento da BR 201 com a rodovia norte Sul S/N Infraero Macapá - AP 68908-910
BA	SETEC/BA	Superintendência da Polícia Federal na BA Setor Técnico-Científico Av. Eng. Oscar Pontes, 339 Água de Meninos Salvador - BA 40460-130
BA	UTEC/JZO	Delegacia da Polícia Federal em Juazeiro Unidade Técnico-Científica Rua Amazonas, nº 99 Santo Antônio Juazeiro - BA 48903-240
CE	SETEC/CE	Superintendência da Polícia Federal no CE Setor Técnico-Científico Av. Borges de Melo, 820 Fátima Fortaleza - CE 60415-510
CE	UTEC/JNE	Delegacia da Polícia Federal em Juazeiro do Norte Unidade Técnico-Científica Rua Interventor Francisco Erivano Cruz, 50 Centro Juazeiro do Norte - CE 63010-905
DF	SEPINF	Instituto Nacional de Criminalística Serviço de Perícias em Informática SPO lote 07 - Edifício INC - Sala A208 Setor Policial Sul Brasília - DF 70610-902
DF	SETEC/DF	Superintendência da Polícia Federal no DF Setor Técnico-Científico Quadra 07, Lote 23 Setor Policial Sul

		Brasília - DF 70610-902
ES	SETEC/ES	Superintendência da Polícia Federal no ES Setor Técnico-Científico Av. Vale do Rio Doce, 01 São Torquato Vila Velha - ES 29114-105
GO	SETEC/GO	Superintendência da Polícia Federal em GO Setor Técnico-Científico Av. Edmundo Pinheiro de Abreu, 826 Setor Pedro Ludovico Goiânia - GO 74823-030
MA	SETEC/MA	Superintendência da Polícia Federal no MA Setor Técnico-Científico Av. Daniel de La Touche, 4000 Cohama São Luís - MA 65074-115
MG	SETEC/MG	Superintendência da Polícia Federal em MG Setor Técnico-Científico Rua Nascimento Gurgel nº 30 Gutierrez Belo Horizonte - MG 30441-170
MG	UTECEC/JFA	Delegacia da Polícia Federal em Juiz de Fora Unidade Técnico-Científica Rua Benjamin Guimarães, 45 Democrata Juiz de Fora - MG 36035-200
MG	UTECEC/UDI	Delegacia da Polícia Federal em Uberlândia Unidade Técnico-Científica Av. João Naves de Ávila, 5800 Pampulha Uberlândia - MG 38408-680
MS	SETEC/MS	Superintendência da Polícia Federal no MS Setor Técnico-Científico Rua Fernando Luiz Fernandes, 322 Vila Sobrinho Campo Grande - MS 79110-901
MS	UTECEC/DRS	Delegacia da Polícia Federal em Dourados Unidade Técnico-Científica Rua Aziz Rasselen, 360 Vila Popular Dourados - MS 79822-059

MT	SETEC/MT	Superintendência da Polícia Federal no MT Setor Técnico-Científico Rua I, nº 300, Quadra 17A, Lotes 6 e 7, Loteamento Parque Eldorado Bairro Alvorada Cuiabá - MT CEP 78.048-832
MT	UTEC/ROO	Delegacia da Polícia Federal em Rondonópolis Unidade Técnico-Científica Rua Sete de Setembro, 558 Vila Birigui Rondonópolis - MT 78705-010
MT	UTEC/SIC	Delegacia da Polícia Federal em Sinop Unidade Técnico-Científica Avenidas das Figueiras, nº 1115 Centro Sinop - MT 78550-270
PA	SETEC/PA	Superintendência da Polícia Federal no PA Setor Técnico-Científico Pass. Pires Franco, 93 Souza Belém - PA 66613-060
PA	UTEC/SNM	Delegacia da Polícia Federal em Santarém Unidade Técnico-Científica Av. Presidente Vargas 4343, casa 11, Conjunto Jardim Liberdade Liberdade Santarém - PA 68040-310
PB	SETEC/PB	Superintendência da Polícia Federal na PB Setor Técnico-Científico Rodovia BR-230, km 07, Rua Luiza Annita Mello Di Lascio Ponta de Campina Cabedelo - PB 58310-000
PE	SETEC/PE	Superintendência da Polícia Federal em PE Setor Técnico-Científico Avenida Cais do Apolo, 321, 3o andar Recife Antigo Recife - PE 50030-230
PI	SETEC/PI	Superintendência da Polícia Federal no PI Setor Técnico-Científico Av. João XXIII, 4500 Bairro Recanto das Palmeiras Teresina-PI 64.045-795

PR	NUTEC/FIG	Delegacia da Polícia Federal em Foz do Iguaçu Núcleo Técnico-Científico Av. Paraná, 3471 Jardim Polo Centro Foz do Iguaçu - PR 85863-720
PR	SETEC/PR	Superintendência da Polícia Federal no PR Setor Técnico-Científico Rua Professora Sandália Monzon, 210 Santa Cândida Curitiba - PR 82640-040
PR	UTEC/GRA	Delegacia da Polícia Federal em Guaíra Unidade Técnico-Científica Praça Castelo Branco, 200 Centro Guaíra - PR 85980-000
PR	UTEC/LDA	Delegacia da Polícia Federal em Londrina Unidade Técnico-Científica Rua Tiete, 1450 Vila Nova Londrina - PR 86025-230
RJ	SETEC/RJ	Superintendência da Polícia Federal no RJ Setor Técnico-Científico Av. Rodrigues Alves, 1 - 2º andar Centro Rio de Janeiro - RJ 20081-250
RN	SETEC/RN	Superintendência da Polícia Federal no RN Setor Técnico-Científico Rua Dr. Lauro Pinto, 155 Lagoa Nova Natal - RN 59064-165
RO	SETEC/RO	Superintendência da Polícia Federal em RO Setor Técnico-Científico Av. Lauro Sodré, 2905 Tanques Porto Velho - RO 76802-449
RO	UTEC/VLA	Delegacia da Polícia Federal em Vilhena Unidade Técnico-Científica Av. 15 de Novembro, 3.485 Centro Vilhena - RO 76980-000

RR	SETEC/RR	Superintendência da Polícia Federal em RR Setor Técnico-Científico Avenida Brasil, 551 13 de setembro Boa Vista - RR 69308-050
RS	SETEC/RS	Superintendência da Polícia Federal no RS Setor Técnico-Científico Av. Ipiranga, 1365 - 8º andar Azenha Porto Alegre - RS 90160-093
RS	UTEC/PFO	Delegacia da Polícia Federal em Passo Fundo Unidade Técnico-Científica Avenida Sete de Setembro, 10 Centro Passo Fundo - RS 99010-120
RS	UTEC/PTS	Delegacia da Polícia Federal em Pelotas Unidade Técnico-Científica Av. Duque de Caxias, 1049 Fragata Pelotas - RS 96030-003
RS	UTEC/SMA	Delegacia da Polícia Federal em Santa Maria Unidade Técnico-Científica Rua dos Andradas, 138 Passo da Areia Santa Maria - RS 97020-040
SC	SETEC/SC	Superintendência da Polícia Federal em SC Setor Técnico-Científico Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4744 Agrônoma Florianópolis - SC 88025-255
SE	SETEC/SE	Superintendência da Polícia Federal em SE Setor Técnico-Científico Av. Augusto Franco, 2260 Siqueira Campos Aracaju - SE 49075-100
SP	NUTEC/CAS	Delegacia da Polícia Federal em Campinas Núcleo Técnico-Científico Rua Doutor Antonio Álvares Lobo, 620 Botafogo Campinas - SP 13020-110
		Delegacia da Polícia Federal em Santos Núcleo Técnico-Científico

SP	NUTEC/STS	Rua Riachuelo, 27 - 1º andar Centro Santos - SP 11010-021
SP	SETEC/SP	Superintendência da Polícia Federal em SP Setor Técnico-Científico Rua Hugo D'Antola nº 95 - 10º andar Lapa de Baixo São Paulo - SP 05038-090
SP	UTEC/ARU	Delegacia da Polícia Federal em Araçatuba Unidade Técnico-Científica Av Brasília, 2212 Jardim Nova York Araçatuba - SP 16018-000
SP	UTEC/MII	Delegacia da Polícia Federal em Marília Unidade Técnico-Científica Av. Jôquei Clube nº 87 Jôquei Clube Marília - SP 17521-450
SP	UTEC/PDE	Delegacia da Polícia Federal em Presidente Prudente Unidade Técnico-Científica Avenida Luiz Cezário, 380 Jardim Colina Presidente Prudente - SP 19061-145
SP	UTEC/RPO	Delegacia da Polícia Federal em Ribeirão Preto Unidade Técnico-Científica Rua João Alves da Silva Júnior, 546 Jardim Canadá Ribeirão Preto - SP 14024-190
SP	UTEC/SJK	Delegacia da Polícia Federal em São José dos Campos Unidade Técnico-Científica Av. Tivoli, 44 Vila Betânia São José dos Campos - SP 12245-481
SP	UTEC/SOD	Delegacia da Polícia Federal em Sorocaba Unidade Técnico-Científica Rodovia Raposo Tavares (SP-270), km 103,5 Jardim Itanguá Sorocaba - SP 18052-775
TO	SETEC/TO	Superintendência da Polícia Federal no TO Setor Técnico-Científico Av. Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 302 Norte, QI 01, Lote 02 - Palmas/TO



Documento assinado eletronicamente por **LEANDRO BEZERRA DI BARCELOS, Chefe de Serviço - Substituto(a)**, em 17/12/2021, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO BARROSO DE MELO, Perito(a) Criminal Federal**, em 17/12/2021, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO PONCIO, Diretor(a)**, em 17/12/2021, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21428634** e o código CRC **0F663600**.